

O Nobel de Economia de 2024 e as reformas estruturais em direção a melhores instituições e desenvolvimento¹

Katia Rocha²

Nessa semana, o **Prêmio Nobel de Economia de 2024** foi concedido a **Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson**, por seus trabalhos sobre como as instituições são formadas e como afetam o desenvolvimento econômico e social dos países. Entre os diversos trabalhos seminiais, talvez o mais conhecido seja o livro **Por que as Nações Fracassam. As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza** de 2012.

Segundo os laureados, as instituições econômicas de uma sociedade dependem da natureza das suas instituições políticas e da distribuição do poder político na sociedade. A ideia norteadora recai no argumento no qual o principal determinante das diferenças das riquezas entre países são suas instituições econômicas. As instituições, entendidas em aspecto amplo, seriam as causas no que toca a disparidade e heterogeneidade no desenvolvimento econômico e social dos países, determinando não apenas o potencial de desenvolvimento econômico da respectiva economia, mas também a sua distribuição de recursos na sociedade.

A investigação recai, portanto, nos fatores que levam uma sociedade a um equilíbrio político que apoia **boas instituições econômicas** (“inclusivas ao contrário de extrativistas” segundo os autores) e que facilita as **reformas econômicas necessárias** em direção à prosperidade.

Os estudos apontam evidências em direção a **causalidade**, ou seja, uma associação direta entre causa-efeito, entre as características institucionais dos países e seu nível de riqueza ou renda per capita. Dessa forma, pode-se cotejar a hipótese de que melhores instituições, como um todo, estão associadas a um maior desenvolvimento e riqueza.

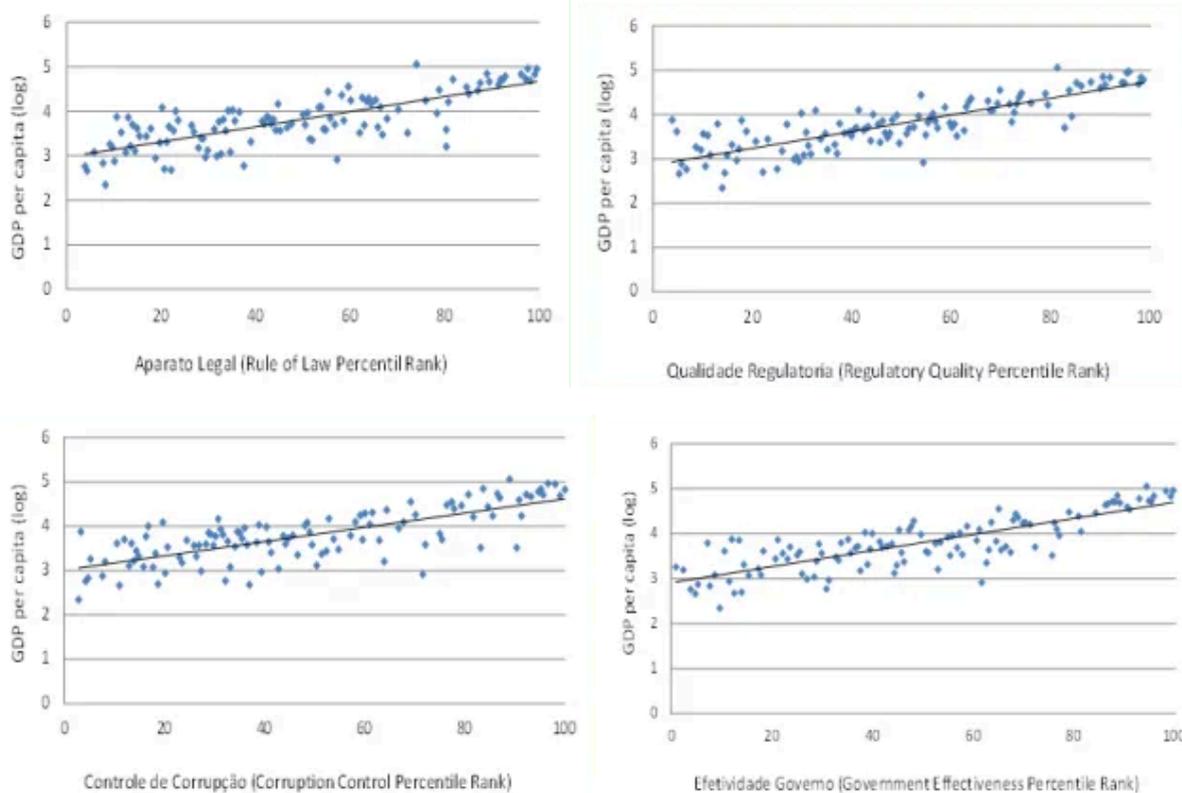
As Figuras a seguir nos ajudam a observar estruturas de correlação entre possíveis características institucionais representadas pelos indicadores de [Governança do Banco Mundial](#) – qualidade regulatória, aparato legal, efetividade das políticas públicas, controle de corrupção, responsabilidade e gestão – e a renda per capita (riqueza) dessas economias, considerando uma amostra aleatória de 180 países em diversos anos.

¹ Artigo publicado em WebAdvocacy. Disponível em:

<https://webadvocacy.com.br/2024/10/14/o-nobel-de-economia-de-2024-e-as-reformas-estruturais-em-direcao-a-melhores-instituicoes-e-desenvolvimento/> Acessado em 14.10.2024

² Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Instituições x Riqueza



Fonte: [World Governance Indicators \(2023\)](#)

O incentivo, portanto, recai em compreender e **reformular** as forças que mantêm as más instituições em funcionamento. Nesse sentido, e em particular para Brasil, os estudos guardam boa relação com as **reformas estruturais** propostas por diversos *think tanks* há tempos para o país, e que se relacionam a questões de produtividade, investimentos em infraestrutura, educação e outras. Tais reformas teriam exatamente o potencial de estimular o crescimento via aumento de produtividade, ao promover maior eficiência alocativa de recursos.

A OCDE, por exemplo, sempre apresenta em sua publicação [OCDE – Economic Surveys Brazil](#) uma seção dedicada a estimar, através de [modelos econométricos](#) de crescimento de longo prazo, o potencial impacto de médio e longo prazo na atividade, decorrente de diversos conjuntos de reformas políticas e institucionais. Na última publicação, um pacote de reformas, que melhorasse a qualidade regulatória e a concorrência, reduzisse as barreiras ao comércio exterior e melhorasse as instituições e a governança, geraria um aumento real do PIB de 14.1% e um incremento no crescimento médio anual de 1% ao ano, de forma consistente no longo prazo.

Entre as propostas sugeridas temos a reforma tributária de consumo (IVA), aprovada recentemente e objeto atual de regulamentação. Há também recomendações em direção à reforma tributária de renda, com maior progressividade, bem como a pauta da abertura econômica, com redução de barreiras tarifárias e não tarifárias (atingindo, em 5 anos, o nível atual nas principais economias da OCDE) e abertura gradual da conta de capital. Há reformas institucionais com melhorias nos indicadores de Governança, capturado pelos índices do Banco Mundial (controle de corrupção, aparato legal e judiciário, qualidade regulatória, governança das empresas estatais, efetividade, reponsabilidade, controle e gestão) convergindo gradualmente ao valor médio da OCDE em 2060.

Nesse aspecto, sempre oportuno ressaltar a palavra chave **concorrência** e o entendimento no qual a propriedade pública não é uma questão *per se*, desde que as

regras de governança das empresas estatais envolvidas em atividades comerciais limitem a **interferência política indevida**, e, promovam a igualdade de condições entre empresas públicas e privadas.

O FMI, igualmente, recomenda nos seus relatórios anuais para a Economia Brasileira ([Brazil 2024: Article IV Consultation](#)) sugestões de políticas e reformas estruturais similares. Identifica que melhoras em indicadores relacionados a qualidade regulatória, ambiente de negócios, governança e abertura econômica foram os principais drivers do fluxo de investimento externo direto para os países emergentes na última década. Identifica ainda que a dimensão de Governança é o condicionante que define e potencializa o impacto dos investimentos públicos (gastos públicos) na economia, induzindo maiores dividendos de crescimento por meio de uma maior participação do setor privado (efeito *crowding in*). Melhorias de Governança aumentariam a eficiência do investimento público entre [30% e 40%](#) nas economias emergentes. Ou seja, crescem mais gastando menos, contribuindo inclusive para a agenda de responsabilidade fiscal, com menor pressão na curva de juros.

A agenda de reformas sugeridas dialoga bem com as diretrizes e [instrumentos legais](#) da própria OCDE, aos quais, o Brasil já aderiu, praticamente, à metade, em sua jornada para adesão. A **continuidade desse processo**, tem o potencial de fortalecer as **instituições econômicas inclusivas**, conforme propõe os laureados do Nobel. Alinha-se, igualmente, aos diversos eixos estratégicos do Estado Brasileiro para o desenvolvimento econômico e social. São recomendações de reformas em direção a uma agenda positiva que devemos considerar.